



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO
DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 09.296.295/0001-60, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como fiadoras e principais pagadoras das Debêntures, solidariamente entre si e com a Companhia:

AZUL S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Bairro de Tamboré, inscrita no CNPJ sob o nº 09.305.994/0001-29, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Azul");

TRIP LINHAS AÉREAS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Cambacicas, nº 1.200, Parque Imperador, inscrita no CNPJ sob o nº 02.428.624/0001-30 ("Trip" e, em conjunto com a Azul, "Fiadoras");

- III. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário").

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:



1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a outorga das Garantias Reais (conforme definido abaixo) e da Fiança (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2014 ("AGE Companhia"), que aprovou os termos e condições da Emissão e da Oferta e a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido);
- II. da reunião do conselho de administração da Azul realizada em 26 de fevereiro de 2014 ("RCA Azul"), que aprovou a outorga da Fiança; e
- III. da assembleia geral extraordinária da Trip realizada em 26 de fevereiro de 2014 ("AGE Trip"), que aprovou a outorga da Fiança.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias Reais e da Fiança serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação dos atos societários descritos nos itens I, II e III da Cláusula 1.1 acima.* As atas das AGE Companhia, RCA Azul e AGE Trip serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser (i) inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Barueri e Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Uma via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada nos termos deste item II será enviada ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do último registro;
- III. *formalização e registro das Garantias Reais.* As Garantias Reais deverão ter sido formalizadas, e serão constituídas mediante registro



nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo que uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos (descrito na Cláusula 6.11 abaixo) devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário;

- IV. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- V. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser adquiridas e negociadas entre investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), de acordo com os termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, e somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários;
- VI. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Uma vez divulgadas as diretrizes com os procedimentos a serem adotados para o envio de informações à base de dados da ANBIMA, a Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, de acordo com as concessões outorgadas pelas



autoridades competentes; (ii) a exploração de atividades complementares de serviços de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais; (iii) a prestação de serviços de manutenção de reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros; (iv) a prestação de serviços de hangaragem de aviões; (v) a prestação de serviços de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (vi) o desenvolvimento de atividades de agência de viagens e turismo; (vii) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; (viii) a exploração de atividades de franquia e licenciamento; (ix) o desenvolvimento de atividade de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de cargas e malas postais; e (x) a importação de óleo lubrificante acabado para utilização em aeronaves.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta, líquidos da remuneração dos Coordenadores (conforme definido abaixo), Despesas, Tributos e demais valores devidos pela Companhia nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), serão integralmente utilizados dentro do curso ordinário de negócios da Companhia, sendo certo que parte dos recursos deverá ser utilizada para aquisição de certificado de depósito bancário em garantia à presente Emissão, no valor estabelecido na Cláusula 6.11.1 abaixo.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Quarta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. No. CSBRA20140200270" ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder") e do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. ("BCG" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores").
- 5.1.1 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- 5.1.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA.



- 5.1.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Companhia e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais e da Fiança.
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento aos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* Cada uma das Debêntures será subscrita e integralizada por meio do MDA, em uma única data, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), sendo certo que as Debêntures objeto da presente Oferta poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão para distribuição pública de Debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 105 (cento e cinco) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovante de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio de extrato por esta expedido em nome do Debenturista.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.



- 6.8 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures e demais atribuições definidas em normas da CETIP é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.9 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória pelas Fiadoras, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo.
- 6.11 *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia.* Em garantia do integral e pontual pagamento de quaisquer valores, principais e/ou acessórios, incluindo os encargos moratórios, devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão ou que venham a ser assumidos pela Companhia relativas às Debêntures, bem como demais obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), deverão ser constituídas as seguintes garantias (em conjunto, as "Garantias Reais"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário em Garantia e Outras Avenças nº CSBRA20140200271" (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos") e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e demais legislação aplicável: (a) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia consubstanciados em Certificado de Depósito Bancário a ser emitido pelo Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. em favor da Companhia, no valor de R\$52.500.000,00 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais) (em conjunto com outros certificados de depósito bancário que venham a ser onerados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, "CDBs"), cujas características encontram-se descritas no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, e todos e quaisquer direitos creditórios existentes ou que venham a se constituir no futuro decorrentes de tais ativos, incluindo, mas sem limitações, recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros; e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da titularidade da conta corrente nº 68543, mantida pela Companhia junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., agência nº 0001, na qual serão depositados os valores necessários para aquisição dos CDBs, bem como de



todos e quaisquer recursos e/ou ativos financeiros vinculados a tal conta ("Conta Garantia" e "Recursos e Aplicações" e, em conjunto com os CDBs, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente") ("Cessão Fiduciária").

- 6.11.1 A partir da Data de Integralização, o valor total dos CDBs cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos deverá sempre corresponder, no mínimo, a R\$52.500.000,00 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais), acrescido dos rendimentos auferidos *pro rata temporis* pelo prazo de sua aplicação ("Limite de Garantia"), sendo certo que os CDBs serão atualizados por um percentual da Taxa DI-Over, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, desde a data de emissão do respectivo CDB. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), as garantias outorgadas ao Agente Fiduciário para o benefício dos Debenturistas que não tenham sido excutidas serão desconstituídas e liberadas após tal resgate.
- 6.11.2 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, na hipótese da Cessão Fiduciária vir a se deteriorar, ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornar-se insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina, ou, ainda, se o valor da garantia for a qualquer tempo inferior ao Limite de Garantia, a Companhia ficará obrigada a substituí-la ou reforçá-la, de modo a recompor integralmente a garantia deteriorada, de modo que ela atenda ao Limite de Garantia.
- 6.11.3 A Companhia obriga-se a protocolar para registro o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e quaisquer aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos junto aos cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas de Barueri e de São Paulo, ambas no Estado de São Paulo, e na comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, devendo apresentar o referido contrato ou aditamento devidamente registrado pelos cartórios competentes no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da sua assinatura.
- 6.11.4 *Fiança Bancária*. Não obstante o disposto acima, em garantia às Obrigações Garantidas, a Companhia poderá substituir a Cessão Fiduciária por fiança bancária a ser contratada pela Companhia com uma ou mais instituição(ões) financeira(s) de primeira linha, desde que (i) as referida(s) instituição(ões) financeira(s) e (ii) os termos e condições de tal(is) fiança(s) bancária(s), seja(m) previamente aprovado(s) pelos Debenturistas especialmente reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim (cada uma, uma "Fiança Bancária" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, os "Contratos de Garantia"). A substituição da Cessão Fiduciária por Fiança Bancária deverá ocorrer na proporção de 1,00 (um inteiro) da primeira para



1,60 (um inteiro e sessenta centésimos) da segunda, de forma que sejam liberados Direitos Cedidos Fiduciariamente em montante equivalente a 62,50% (sessenta e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do valor de cada Fiança Bancária devidamente emitida conforme aprovado pelos Debenturistas. Caso, porém, o Valor Agregado das Garantias (conforme abaixo definido) corresponda, a qualquer momento, a 80% (oitenta por cento) ou mais da soma do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a substituição da Cessão Fiduciária por Fiança Bancária deverá ocorrer em proporção de 1,00 (um inteiro) da primeira para 1,00 (um inteiro) da segunda, de forma que sejam liberados Direitos Cedidos Fiduciariamente em montante equivalente a 100% (cem por cento) do valor de cada Fiança Bancária devidamente emitida conforme aprovado pelos Debenturistas, desde que após tal substituição o Valor Agregado das Garantias (conforme abaixo definido) continue sendo equivalente a, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da soma do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. A liberação da Cessão Fiduciária será realizada em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, de 1 (uma) via original da(s) respectiva(s) carta(s) de fiança, devidamente emitida(s) conforme previamente aprovado pelos Debenturistas, com firmas reconhecidas e acompanhada dos poderes de representação de seus signatários e de todas as aprovações (incluindo societárias) eventualmente necessárias para tal contratação, e desde que, previamente à e pro forma a referida liberação, não tenha ocorrido ou esteja em curso um inadimplemento ou um Evento de Vencimento Antecipado.

6.11.5 *Valor Mínimo de Garantias.* A partir de 1º de agosto de 2014 ("Data Limite para Composição de Garantias 1"), a soma (a) do valor agregado garantido pela(s) Fiança(s) Bancária(s) emitida(s) nos termos da Cláusula 6.11.4 acima, e (b) dos Direitos Cedidos Fiduciariamente (sendo a soma de (a) com (b) o "Valor Agregado das Garantias"), deverá representar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da soma do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Mínimo de Garantias 1").

6.11.5.1 Não obstante e sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.11.5 acima, o Valor Agregado das Garantias deverá representar, no mínimo, 100% (cem por cento) da soma do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Mínimo de Garantias 2") caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, ocorra a amortização, total ou parcial, de quaisquer dívidas ou obrigações da Companhia ou das Fiadoras existentes nesta data cujo credor seja qualquer acionista da Companhia ou das Fiadoras e/ou Parte Relacionada (sendo uma data em que ocorrer a amortização aqui referida doravante designada "Data Limite para Composição de Garantias 2"), incluindo, mas não se limitando ao resgate, parcial ou total, de ações preferenciais classe B de emissão da Azul, exceto (A) pela amortização ou quitação (parcial ou total) dos mútuos celebrados em 29 de junho de 2012 e 21 de dezembro de



2012, conforme aditados, entre a Companhia e a Cia Bozano, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Ouro Preto, 5, 11º andar (parte), Botafogo, CEP 22250180, inscrita no CNPJ sob o nº 42.113.662/0001-18 ("Mútuo Bozano"), desde que o valor total dos pagamentos efetuados pela Companhia e pelas Fiadoras para pagamento do Mútuo Bozano não exceda R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais); (B) caso tal amortização ocorra após a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia (IPO); ou (C) se tal amortização tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

6.11.5.2 Fica desde já estabelecido que, caso a Data Limite para Composição de Garantias 2 ocorra anteriormente à Data Limite para Composição de Garantias 1, prevalecerá o disposto na Cláusula 6.11.5.1 acima, ou seja, o Valor Agregado das Garantias deverá ser igual ou superior ao Valor Mínimo de Garantias 2.

6.11.5.3 Caso, até a Data Limite para Composição de Garantias 1 ou a Data Limite para Composição de Garantias 2, a Companhia não consiga atender ao Valor Mínimo de Garantias 1 ou ao Valor Mínimo de Garantias 2, conforme o caso, por meio da (i) apresentação de Fiança(s) Bancária(s), nos termos da Cláusula 6.11.4 acima, ou, alternativamente (ii) constituição e formalização de nova cessão fiduciária de certificado de depósito bancário no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos ("Reforço de Garantia CDBs"), a Companhia ficará obrigada a, em até 3 (três) Dias Úteis contados da Data Limite para Composição de Garantias 1 ou da Data Limite para Composição de Garantias 2, conforme o caso, realizar uma Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido), de forma que o Valor Agregado das Garantias (calculado na Data Limite para Composição de Garantias 1 ou na Data Limite para Composição de Garantias 2), após a referida Amortização Extraordinária, seja equivalente a, pelo menos, o Valor Mínimo de Garantias 1 ou ao Valor Mínimo de Garantias 2, respectivamente. A Amortização Extraordinária obrigatória aqui referida deverá ser comunicada pela Companhia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à Cetip na Data Limite para Composição de Garantias 1 ou na Data Limite para Composição de Garantias 2, conforme o caso.

6.11.5.4 Ocorrendo a hipótese prevista na Cláusula 6.11.5.3 acima, o Agente Fiduciário, na Data Limite para Composição de Garantias 1 ou na Data Limite para Composição de Garantias 2, conforme o caso, notificará a Companhia da obrigação de Amortização Extraordinária, observado que a ausência de tal notificação não suspenderá ou limitará a obrigação de a Companhia efetuar a Amortização Extraordinária e as comunicações na



forma e prazos estabelecidos na Cláusula 6.11.5.3 acima. A notificação aqui referida poderá ser enviada por correio eletrônico e indicará o Principal de Amortização Extraordinária e a estimativa da Remuneração e do Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária devidos na data estabelecida para a Amortização Extraordinária (observado que, não obstante a estimativa constante da notificação, a Remuneração e o Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária a serem pagos na data da respectiva Amortização Extraordinária serão os valores efetivamente calculados e devidos em tal data da Amortização Extraordinária).

- 6.11.5.5 Havendo a substituição da Cessão Fiduciária pela Fiança Bancária ou o Reforço de Garantia CDBs, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir a nova garantia e deverá ser levada a registro perante a JUCESP e o(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos elencados no item II da Cláusula 2.1 acima.
- 6.11.5.6 Não obstante o disposto na Cláusula 6.11.5.3 acima, a Companhia poderá, a qualquer momento, inclusive após a Data Limite para Composição de Garantias 1 ou após a Data Limite para Composição de Garantias 2, substituir a Cessão Fiduciária por Fianças Bancárias, nos termos da Cláusula 6.11.4 acima, desde que os requisitos estabelecidos nas Cláusulas 6.11.4, 6.11.5, 6.11.5.1 e 6.11.5.2 acima, conforme o caso, sejam integralmente atendidos.
- 6.12 *Garantia Fidejussória.* Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as Fiadoras prestam, nesta Escritura de Emissão, fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis entre si e com a Companhia, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descrito a seguir ("Fiança").
- 6.12.1 As Fiadoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras das Obrigações Garantidas, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.
- 6.12.2 As Fiadoras obrigam-se, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Companhia venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.
- 6.12.3 As Fiadoras, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 do Código Civil, expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de



exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"). Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

- 6.12.4 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 6.12.
- 6.12.5 Nenhuma objeção ou oposição da Companhia poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 6.12.6 As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.
- 6.12.7 Cada uma das Fiadoras concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Companhia e/ou a outra Fiadora, por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança depois de os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.12.8 Observado o disposto no item 6.12.10 abaixo, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário tantas vezes quantas forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.
- 6.12.9 Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Barueri e Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão.
- 6.12.10 A Fiança entra em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão e deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas.
- 6.12.11 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações das condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta.
- 6.12.12 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a



execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura de Emissão, uma vez verificado o inadimplemento de qualquer Obrigação Garantida.

6.12.13 Fica desde já certo e ajustado que a não execução imediata da presente Fiança pelo Agente Fiduciário não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

6.12.14 A Companhia, as Fiadoras e o Agente Fiduciário desde já, e os Debenturistas, no momento da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Debêntures, se manifestam cientes e concordam que a Trip estará automaticamente liberada da Fiança por ela ora outorgada, mediante notificação do Agente Fiduciário à Companhia e às Fiadoras em tal sentido, mediante o cumprimento integral de todas as condições abaixo, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério:

- (i) a Cisão Parcial da Trip (conforme definida abaixo) tenha sido integralmente implementada, tendo sido obtidos todos e quaisquer registros e autorizações necessárias;
- (ii) os ativos remanescente da Trip, após a Cisão Parcial da Trip, não excedam 5% (cinco por cento) do total dos ativos permanentes do grupo econômico da Azul; e
- (iii) não tenha ocorrido ou esteja em curso qualquer descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, ou qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido).

6.12.14.1 Observada os termos e condições previstos na Cláusula 6.12.14 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento de solicitação da Companhia nesse sentido, enviar à Companhia e às Fiadoras o respectivo termo de liberação e exoneração da Fiança outorgada pela Trip, para a liberação de tal Fiança perante os competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sem necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas e/ou aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de fevereiro de 2014 ("Data de Emissão").

6.14 *Data de Vencimento.* As Debêntures vencerão em 28 de junho de 2017 ("Data de Vencimento").

6.15 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures não sofrerá



atualização monetária e será amortizado em 25 (vinte e cinco) parcelas iguais, sendo cada parcela no valor correspondente a 4% (quatro por cento) do Valor Nominal Unitário, devidas nas datas previstas na tabela abaixo (cada data, uma "Data de Pagamento do Principal"), sendo a primeira parcela devida em 29 de junho de 2015 e a última parcela devida na Data de Vencimento.

Nº. Parcelade de Amortização	Data de Pagamento do Principal	Nº. Parcelade de Amortização	Data de Pagamento do Principal
1	29-jun-2015	14	28-jul-2016
2	28-jul-2015	15	29-ago-2016
3	28-ago-2015	16	28-set-2016
4	28-set-2015	17	28-out-2016
5	28-out-2015	18	28-nov-2016
6	30-nov-2015	19	28-dez-2016
7	28-dez-2015	20	30-jan-2017
8	28-jan-2016	21	24-fev-2017
9	29-fev-2016	22	28-mar-2017
10	28-mar-2016	23	28-abr-2017
11	28-abr-2016	24	29-mai-2017
12	30-mai-2016	25	28-jun-2017
13	28-jun-2016		

- 6.16 *Remuneração.* Cada uma das Debêntures fará jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 127,00% (cento e vinte e sete por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa em forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI-Over"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração").

- 6.16.1 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, que segue os critérios de cálculo do "Caderno de Fórmulas de Debêntures– CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da CETIP na Internet (www.cetip.com.br):

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde}$$

J = valor da Remuneração correspondente a cada uma das Debêntures, acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou, caso o Valor Nominal Unitário tenha sido amortizado, o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



FatorDI = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data de término do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde:}$$

N = número total de Taxas DI-Over considerados no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = 127,00 (cento e vinte e sete inteiros), aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;
- (iv) O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do efetivo pagamento da Remuneração do respectivo período (exclusive) ("Período de



Capitalização"); e

- (v) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.16.2 A Remuneração deverá ser paga nas datas definidas na tabela a seguir (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sem prejuízo da obrigação da Companhia e/ou das Fiadoras de pagar a Remuneração (i) nas Datas de Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido), (ii) na Data de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) e (iii) na data do pagamento decorrente de um vencimento antecipado (conforme abaixo definido), nos casos (i), (ii) e (iii), se aplicável.

<i>Datas de Pagamento da Remuneração</i>			
1	31-mar-2014	21	30-nov-2015
2	29-abr-2014	22	28-dez-2015
3	29-mai-2014	23	28-jan-2016
4	30-jun-2014	24	29-fev-2016
5	29-jul-2014	25	28-mar-2016
6	29-ago-2014	26	28-abr-2016
7	29-set-2014	27	30-mai-2016
8	29-out-2014	28	28-jun-2016
9	28-nov-2014	29	28-jul-2016
10	29-dez-2014	30	29-ago-2016
11	29-jan-2015	31	28-set-2016
12	27-fev-2015	32	28-out-2016
13	30-mar-2015	33	28-nov-2016
14	28-abr-2015	34	28-dez-2016
15	28-mai-2015	35	30-jan-2017
16	29-jun-2015	36	24-fev-2017
17	28-jul-2015	37	28-mar-2017
18	28-ago-2015	38	28-abr-2017
19	28-set-2015	39	29-mai-2017
20	28-out-2015	40	28-jun-2017

6.16.3 Se, na data em que for efetuado o pagamento de qualquer valor devido a título de Remuneração, não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.16.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal, judicial ou regulatória, o Agente Fiduciário



deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do dia seguinte à data de extinção ou limitação da Taxa DI-Over, (ii) do décimo primeiro dia em que a Taxa DI-Over não tenha sido divulgada ou (iii) do primeiro dia em que a Taxa DI-Over não possa ser utilizada por proibição legal, judicial ou regulatória, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

- 6.16.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.16.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da Remuneração relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI-Over a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI-Over disponível.
- 6.16.6 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.16.3 a 6.16.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Companhia, de tal obrigação.
- 6.16.7 A Companhia e os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.16.3 a 6.16.5 acima.
- 6.17 *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.
- 6.18 *Amortização Extraordinária*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, (i) na hipótese prevista na Cláusula 6.11.5.3 acima, a Companhia deverá,



obrigatoriamente, no prazo ali referido, e (ii) em qualquer outro momento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, e envio de comunicação por escrito ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa"), com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data em que pretender efetuar a Amortização Extraordinária, realizar amortizações extraordinárias das Debêntures em Circulação (cada amortização extraordinária na forma aqui prevista, uma "Amortização Extraordinária" e a data em que ocorrer o pagamento de cada uma dessas amortizações, uma "Data de Amortização Extraordinária"), mediante o pagamento aos Debenturistas do montante em reais equivalente ao resultado da soma de:

- (a) o montante da parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado ("Principal de Amortização Extraordinária"), acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária (exclusive) e (ii) demais valores devidos e não pagos nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia; e
- (b) o produto da multiplicação do Prêmio de Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo) pelo Principal de Amortização Extraordinária ("Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária").

6.18.1 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) "Prêmio de Amortização Extraordinária" significa a taxa em percentual a ser calculada para cada Amortização Extraordinária pela divisão da Remuneração de Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido) pelo Principal de Amortização Extraordinária;
- (ii) "Remuneração de Amortização Extraordinária" significa o somatório do valor presente das parcelas da Remuneração que seriam devidas pela Companhia (caso tal Amortização Extraordinária não ocorresse) entre a Data de Amortização Extraordinária e a Data de Vencimento com relação ao Principal de Amortização Extraordinária, cada parcela calculada na forma da Cláusula 6.16 acima, sendo que o cálculo do valor presente na referida Data de Amortização Extraordinária terá por base uma taxa de desconto equivalente à Taxa DI-Over Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido) acrescida de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, ficando estabelecido, ainda, que a Taxa DI-Over a ser utilizada para cálculo das parcelas de Remuneração na hipótese desta Cláusula 6.18



será a Taxa DI-Over Amortização Extraordinária; e

- (iii) "Taxa DI-Over Amortização Extraordinária" significa, com relação a uma determinada Amortização Extraordinária, a taxa de juros correspondente ao ajuste do contrato futuro de taxa média de DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia determinada pela BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") referente ao vencimento mais próximo, porém posterior, à Data de Vencimento, válido para o Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização Extraordinária, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo "Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros)", disponível em sua página na Internet.

6.18.2 As Amortizações Extraordinárias parciais deverão ser feitas em igualdade de condições em relação à totalidade das Debêntures em Circulação.

6.18.3 A Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá indicar, no mínimo, (a) a Data de Amortização Extraordinária; (b) o valor a ser amortizado; e (c) estimativa da Remuneração e do Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária devidos na data estabelecida para a Amortização Extraordinária (observado que, não obstante a estimativa constante da Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa, a Remuneração e o Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária a serem pagos na respectiva Data de Amortização Extraordinária serão os valores efetivamente calculados e devidos em tal Data de Amortização Extraordinária). Em caso de divergência no cálculo da Remuneração e/ou do Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária apresentado pela Companhia e no cálculo feito pelo Agente Fiduciário, na hipótese de Amortização Extraordinária facultativa, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença da Companhia, para determinar o valor correto da Remuneração e o Valor do Prêmio de Amortização, e a Amortização Extraordinária ficará suspensa até a realização de tal Assembleia Geral de Debenturistas e deverá ser feita no Dia Útil seguinte à sua realização, com base nos valores definidos mutuamente entre a Companhia e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas, devidamente atualizado para a data do pagamento da Amortização Extraordinária.

6.18.4 A Data de Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.18.5 Caso, *pro forma*, considerando a realização de uma Amortização Extraordinária proposta ou obrigatória em questão, o saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures se torne inferior a 5% (cinco por cento) do Valor de Emissão, então a Companhia estará obrigada a realizar o resgate



da totalidade as Debêntures em Circulação.

6.19 *Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Facultativo"), devendo publicar aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo e enviar comunicação por escrito ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP ("Comunicação de Resgate"), de 30 (trinta) dias de antecedência de tal resgate (a data em que ocorrer o pagamento referente ao resgate antecipado facultativo, a "Data de Resgate Antecipado"). Nesse caso, o valor de Resgate Antecipado Facultativo devido pela Companhia aos Debenturistas será o montante em reais equivalente ao resultado da soma de:

- (a) o saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado (exclusive) e (ii) demais valores devidos e não pagos nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia; e
- (b) o produto da multiplicação do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor do Prêmio de Resgate Antecipado").
- (c) Para os fins desta Escritura de Emissão:
 - (i) "Prêmio de Resgate Antecipado" significa a taxa em percentual a ser calculada na Data de Resgate Antecipado pela divisão da Remuneração de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
 - (ii) "Remuneração de Resgate Antecipado" significa o somatório do valor presente das parcelas da Remuneração que seriam devidas pela Companhia (caso o Resgate Antecipado Facultativo não ocorresse) entre a Data de Resgate Antecipado e a Data de Vencimento, cada parcela calculada na forma da Cláusula 6.16 acima, sendo que o cálculo do valor presente na Data de Resgate Antecipado terá por base uma taxa de desconto equivalente à Taxa DI-Over Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) acrescida de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, ficando estabelecido, ainda, que a Taxa DI-Over a ser utilizada para cálculo das parcelas de Remuneração na hipótese desta Cláusula 6.19 será a Taxa DI-Over Resgate Antecipado; e



- (iii) "Taxa DI-Over Resgate Antecipado" significa a taxa de juros correspondente ao ajuste do contrato futuro de taxa média de DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia determinada pela BM&FBOVESPA referente ao vencimento mais próximo, porém posterior, à Data de Vencimento, válido para o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo "Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros)", disponível em sua página na Internet.

6.19.1 A Comunicação de Resgate deverá indicar (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) estimativa da Remuneração e do Valor do Prêmio de Resgate Antecipado devidos na data estabelecida para o Resgate Antecipado Facultativo (observado que, não obstante a estimativa constante da Comunicação de Resgate, a Remuneração e o Valor do Prêmio de Resgate Antecipado a serem pagos na respectiva Data de Resgate Antecipado serão os valores efetivamente calculados e devidos em tal Data de Resgate Antecipado). Em caso de divergência no cálculo da Remuneração e/ou do Valor do Prêmio de Resgate Antecipado apresentado pela Companhia e no cálculo feito pelo Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença da Companhia, para determinar o valor correto da Remuneração e o Valor do Prêmio de Resgate Antecipado, e o Resgate Antecipado Facultativo será realizado na data prevista originalmente, se posterior à Assembleia Geral de Debenturistas, ou ficará suspensa até a realização de tal Assembleia Geral de Debenturistas e ser feita no Dia Útil seguinte à sua realização. A Remuneração e o Valor do Prêmio de Resgate Antecipado, em tal caso, serão os valores definidos mutuamente entre a Companhia e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas, devidamente atualizado para a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo.

6.19.2 A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.19.3 Não será admitido o resgate parcial das debêntures, com exceção do resgate decorrente do exercício do direito dos Debenturistas que não concordarem com a cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e da Cláusula 6.26, inciso XII abaixo.

6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 13 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos



termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

- 6.21 *Encargos Moratórios.* Observado o disposto na Cláusula 6.26.4, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão (incluindo em caso de vencimento antecipado), os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.22 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.23 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.24 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.25 *Local dos Pagamentos.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.25.1 Salvo deliberação em contrário dos Debenturistas, reunidos em assembléia, quaisquer pagamentos efetuados aos Debenturistas fora do ambiente da CETIP deverão ser aplicados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) primeiro, para o pagamento dos Encargos Moratórios; (ii) segundo, para o pagamento



da Remuneração; (iii) terceiro, para o pagamento do Valor do Prêmio de Resgate Antecipado ou Valor do Prêmio de Amortização Extraordinária, conforme o caso; (iv) quarto, para o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário; e (v) quinto, para o pagamento de despesas, custas e honorários advocatícios e quaisquer outros valores devidos.

6.26 *Vencimento Antecipado*. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1 a 6.26.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e/ou pelos Fiadores, (i) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido (ii) da Remuneração incorrida e não paga, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive), (iii) do Valor do Prêmio de Resgate Antecipado (observado o disposto na Cláusula 6.26.5 abaixo) e, ainda, (iv) dos Encargos Moratórios (se aplicáveis de acordo com o previsto na Cláusula 6.26.4 abaixo) e de qualquer outro encargo devido nos termos do presente instrumento e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos (ficando os itens (i), (ii), (iii) e (iv) em conjunto, definidos como o "Valor do Vencimento Antecipado"), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- II. descumprimento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que, sendo passível de correção, não seja regularizado no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento de comunicação informando o referido descumprimento;
- III. descumprimento, pela Companhia, da obrigação de efetuar a Amortização Extraordinária nas hipóteses previstas na Cláusula 6.11.5.3 acima;
- IV. sem prejuízo dos prazos para seu saneamento, ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos;
- V. provarem-se falsas ou incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia no âmbito da Emissão;



- VI. inadimplemento ou vencimento antecipado (ou ocorrência de evento que enseje ao respectivo credor o direito de declarar o vencimento antecipado), sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, de qualquer obrigação financeira da Companhia, das Fiadoras e/ou de Controladas da Companhia ou das Fiadoras em valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) tal inadimplemento for sanado dentro dos prazos de cura ou correção previstos nos respectivos instrumentos e, na sua ausência, em até 5 (cinco) dias do respectivo inadimplemento ou do recebimento de comunicação informando o respectivo evento de vencimento antecipado; ou, conforme o caso, (ii) a Companhia e/ou as Fiadoras demonstrarem que referido inadimplemento está sendo contestado por procedimento devidamente instaurado e diligentemente conduzido de boa-fé pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso;
- VII. inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia, das Fiadoras e/ou de Controladas da Companhia ou das Fiadoras, com qualquer dos Coordenadores, ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico ou fundo gerido ou administrado por sociedade pertencente ao seu grupo econômico, observados os prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos;
- VIII. protesto legítimo de títulos por cujo pagamento a Companhia e/ou as Fiadoras sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, (i) for validamente comprovado pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, susinado ou sanado; ou (iii) for apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- IX. uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Companhia e/ou das Fiadoras que resulte em obrigação da Companhia e/ou das Fiadoras de pagamento de valor agregado que ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, para as quais a Companhia e/ou as Fiadoras não tenham feito a correspondente provisão;
- X. (A) dissolução ou extinção da Companhia, decretação de falência e/ou insolvência da Companhia e/ou das Fiadoras, conforme aplicável e/ou de qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou pelas Fiadoras; e/ou (B) a convocação e/ou realização



de qualquer assembleia de acionistas da Companhia para deliberar sobre qualquer dos eventos indicados no item (A) acima;

- XI. (A) pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial, pela própria Companhia e/ou pelas Fiadoras e/ou por qualquer de suas Controladas (conforme abaixo definido), proposta ou pedido de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Controladas; ou (B) requerimento de falência ou insolvência da Companhia e/ou das Fiadoras e/ou Controladas, direta ou indiretamente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal;
- XII. (A) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia e/ou das Fiadoras, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim e se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ficando desde já autorizada, independentemente de qualquer formalidade adicional por parte dos Debenturistas, a cisão parcial do capital social da Trip com a subsequente incorporação da parte cindida pela Companhia ("Cisão Parcial da Trip"); ou (ii) em caso de reestruturação societária envolvendo a Companhia e suas Controladas que não implique Mudança de Controle (conforme abaixo definido) e desde que a sociedade resultante de tal reestruturação societária assuma expressamente as obrigações decorrentes das Debêntures, na qualidade de Companhia ou fiadora, conforme aplicável; (B) a convocação e/ou realização de qualquer assembleia de acionistas da Companhia para deliberar sobre qualquer dos eventos indicados no item (A) deste inciso XII, sem a observância do aqui disposto;
- XIII. transferência, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XIV. ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis após sua ocorrência ou verificação;
- XV. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais e de autoridades do setor de aviação, relevantes e cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão resulte em uma Mudança Adversa Relevante (conforme



abaixo definido) no exercício das atividades da Companhia e/ou das Fiadoras, (A) exceto se dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Companhia e/ou as Fiadoras, conforme o caso, tome(m) todas as medidas cabíveis e necessária para a regularização de tal autorização e/ou licença e comprove(m) a existência de provimento judicial autorizando a continuidade das atividades da Companhia e/ou das Fiadoras até a renovação e/ou a obtenção da autorização ou licença, e (B) desde que tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão que resulte em uma Mudança Adversa Relevante, não represente a interrupção total das atividades da Companhia e/ou das Fiadoras, ressalvado, entretanto, que este inciso XV não se aplica à não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais e de autoridades do setor de aviação da Trip em função da Cisão Parcial da Trip;

- XVI. alteração ou modificação do objeto social da Companhia que modifique substancialmente as atividades atualmente desenvolvidas;
- XVII. transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XVIII. redução do capital social da Companhia e/ou das Fiadoras, salvo (i) se previamente aprovada por Debenturistas representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, ou (ii) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações,
- XIX. exceto com relação às operações entre as Fiadoras e/ou às operações entre a Companhia e qualquer das Fiadoras, a realização de operação ou série de transações em termos e condições menos favoráveis à Companhia e/ou Fiadoras do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma Parte Relacionada (conforme abaixo definido), a inclusive mas não limitado a (i) realização ou concessão, direta ou indiretamente, de empréstimos ou adiantamentos e/ou quaisquer pagamentos por conta de reorganização societária, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos por conta de redução de capital, a qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente; (ii) investimento em qualquer Parte Relacionada (incluindo através da subscrição de ações, concessões de empréstimos ou adiantamentos ou transferência de propriedade); (iii) arrendamento, venda, transferência ou disposição de qualquer ativo, tangível ou intangível, para qualquer Parte Relacionada; ou (iv) participação em, ou realização, de qualquer



outra operação com qualquer Parte Relacionada que não aquelas operações entre as Fiadoras e/ou entre a Companhia e qualquer das Fiadoras;

- XX. pagamento, pela Companhia e/ou pelos Fiadoras, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista acima do dividendo mínimo obrigatório limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, observado que a Companhia e/ou os Fiadoras poderão pagar dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite aqui estabelecido caso, a Relação Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDAR da Azul, ao final do trimestre fiscal imediatamente anterior, seja igual ou inferior a 3,0x (três vezes), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Azul (em conjunto com as suas subsidiárias), acompanhadas de opinião de um Auditor Independente, sem prejuízo do inciso XXI abaixo;
- XXI. pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, bem como qualquer outra forma de transferência de recursos aos acionistas, quando qualquer Evento de Vencimento Antecipado estiver em curso, ou quando estiver em curso qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- XXII. alienação, arrendamento, venda, transferência ou outra forma de disposição pela Companhia, pelas Fiadoras e/ou por qualquer Controlada da Companhia e/ou das Fiadoras, de qualquer ativo permanente em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e que resulte em uma Mudança Adversa Relevante, salvo os casos de alienação de aeronaves, motores, simuladores e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Companhia, das Fiadoras e/ou de qualquer Controlada da Companhia e/ou das Fiadoras, e desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Companhia, das Fiadoras e/ou de qualquer Controlada da Companhia e/ou das Fiadoras, conforme aplicável. Excetua-se a condição de vencimento antecipado ora regulada (i) se, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do evento, a Companhia ou as Fiadoras e/ou Controlada relevante demonstrar que a alienação, arrendamento, venda, transferência ou outra forma de disposição em questão não representa uma Mudança Adversa Relevante, bem como (ii) se referida transferência de ativos for realizada pela Trip para a Companhia em função da Cisão Parcial da Trip;



XXIII. realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Companhia que resulte em uma Mudança Adversa Relevante:

XXIV. ocorrência de uma Mudança de Controle; e/ou

XXV. a celebração, pela Companhia ou qualquer das Fiadoras, de qualquer contrato, acordo ou compromisso de dívida onerosa decorrente de empréstimos, financiamentos, títulos de crédito, valores mobiliários, fianças e outras garantias e derivativos de qualquer natureza, incluindo swap e opções, bem como de qualquer aditamento a qualquer contrato, acordo ou compromisso de dívida onerosa (existente ou que venha a existir) decorrente de empréstimos, financiamentos, títulos de crédito, valores mobiliários, fianças e outras garantias e derivativos de qualquer natureza, incluindo *swap* e opções (em conjunto, "Instrumentos de Dívida"), por meio do qual a Companhia ou qualquer das Fiadoras ofereçam índices financeiros e/ou respeitem limites de endividamento, exceto (i) para Instrumentos de Dívida relacionados aos contratos de financiamento de aeronaves, motores, simuladores e peças da Companhia, das Fiadoras ou suas Controladas; ou (ii) se a Companhia oferecer, no prazo de 10 (dez) dias contados da celebração do respectivo Instrumento de Dívida, a oportunidade de aditar esta Escritura de Emissão a fim de estender a estas Debêntures os mesmos índices financeiros ou limites de endividamento que vierem a ser concedidos a terceiros em operações não abrangidas no item (i) acima.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (a) "Controle" (inclusive o termo "Controlada(s)") significa o poder através do qual qualquer pessoa, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos que lhe assegure preponderância em qualquer tipo de deliberação social ou direção dos negócios de determinada pessoa e o poder de eleger a maioria dos administradores de tal pessoa; por meio de participação societária, contrato, acordo de voto ou de qualquer outra forma;
- (b) "Mudança de Controle" significa: (i) a Azul deixar de deter ou ser beneficiária, de forma direta ou indireta, da maioria das ações com direito a voto da Companhia e/ou de qualquer Controlada; ou (ii) a Azul deixar de ter o Controle da Companhia e/ou de qualquer Controlada; ou (iii) o Sr. David Gary Neeleman deixar de deter o Controle, direto ou indireto, das Fiadoras;
- (c) "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer efeito prejudicial



relevante, incluindo, sem limitação, na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Companhia e/ou das Fiadoras que comprovadamente afete ou possa afetar materialmente o fluxo de caixa e a capacidade creditícia da Companhia, e/ou das Fiadoras e ponha em risco a continuidade dos negócios da Companhia e/ou das Fiadoras bem como a capacidade econômico-financeira da Companhia e/ou das Fiadoras de cumprir integral e tempestivamente suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e/ou que afete a constituição, validade e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos. Fica desde já estabelecido que os efeitos resultantes da Cisão Parcial da Trip, exclusivamente sobre a Trip, não serão considerados como uma Mudança Adversa Relevante;

- (d) "Parte Relacionada" significa qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, Controle ou esteja sob Controle comum a/com a Azul, qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por tais pessoas, assim como qualquer administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador de qualquer das sociedades aqui referidas, exceto a Trip e a Companhia;
- (e) "Caixa e Aplicações Financeiras" significam caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro;
- (f) "Dívida Bruta" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado, a empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de *hedge* e/ou de *swap*;
- (g) "Dívida Leasing Aeronaves" significa o somatório das despesas com leasing de aeronaves dos últimos 12 meses, multiplicado por 7 (sete);
- (h) "Dívida Líquida Ajustada" significa o montante de Dívida Bruta, (a) acrescido (i) do saldo de obrigações tributárias (incluindo aquelas oriundas de parcelamentos tributário) e (ii) da Dívida Leasing



Aeronaves e (b) deduzido (i) do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras e (ii) do saldo consolidado dos créditos tributários;

- (i) "EBITDA" significa o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período;
- (j) "EBITDAR" significa o somatório: (i) do EBITDA, e (ii) das despesas com leasing de aeronaves;
- (k) "EBITDAR dos Últimos 12 Meses" significa o somatório dos EBITDARs consolidados dos quatro últimos trimestres calendário imediatamente anteriores à data de apuração; e
- (l) "Relação Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDAR" significa a razão entre a Dívida Líquida Ajustada e o EBITDAR dos Últimos 12 Meses.

6.26.1 Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos X, XI e XV da Cláusula 6.26 acima (em conjunto, os "Eventos de Vencimento Antecipado Automático"), será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será considerado automaticamente ocorrido e o Valor do Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) será devido imediatamente, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Companhia da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado, tão logo tome ciência de sua ocorrência; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos da Cláusula 6.26 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.26.2 abaixo, se tal Assembleia Geral de Debenturistas aprovar o vencimento antecipado das Debêntures. Adicionalmente, para os fins da presente, "Data de Comunicação do Vencimento Antecipado" significará a data em que o Agente Fiduciário comunicar à Companhia a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, seja tal vencimento antecipado automático ou não.

6.26.2 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar (i) nas hipóteses que não



constituam Evento de Vencimento Antecipado Automático, sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou nas hipóteses que constituam Evento de Vencimento Antecipado Automático, sobre as medidas a serem adotadas, e (ii) caso aplicável, para aprovar o Valor do Prêmio de Resgate Antecipado. O Agente Fiduciário deverá notificar a Companhia da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil antes da data de sua realização. A não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário no prazo aqui previsto não impedirá os Debenturistas de, a qualquer tempo, declararem o vencimento antecipado das Debêntures ou adotarem qualquer outra medida cabível.

- 6.26.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário, caso a Assembleia Geral de Debenturistas tenha deliberado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 9.5 abaixo, deverá, em 1 (um) Dia Útil contado da sua realização, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do Valor do Vencimento Antecipado.
- 6.26.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Companhia obriga-se a, em até 1 (um) Dia Útil contado da Data de Comunicação do Vencimento Antecipado, efetuar o pagamento do Valor do Vencimento Antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento de Encargos Moratórios sobre o Valor do Vencimento Antecipado. Fica desde já ressalvado que, no caso do evento previsto na Cláusula 6.26, inciso I acima, os Encargos Moratórios relativos ao valor então em atraso serão devidos desde a respectiva data de pagamento em que era devido. Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.26.4 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 6.26.5 No caso de vencimento antecipado das Debêntures, o cálculo do Valor do Prêmio de Resgate Antecipado será realizado considerando-se como "Data de Resgate Antecipado" a Data de Vencimento Antecipado e deverá ser realizado pelo Agente Fiduciário e apresentado aos Debenturistas na assembléia convocada nos termos da Cláusula 6.26.2.
- 6.26.6 Fica desde já estabelecido que, para fins da verificação da ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado relativos às Fiadoras, o Agente Fiduciário não estará obrigado a fazer nenhuma investigação independente, podendo confiar exclusivamente na declaração dos representantes legais da Companhia, conforme disposto na Cláusula 7.1, inciso I, alíneas (a) e (b) abaixo.
- 6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que,



de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada, com aviso de recebimento, entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

6.28 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Companhia e para os Fiadores:

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar
Edifício Jatobá
06460-040 Barueri, SP
At.: Sr. Alexandre Wagner Malfitani
Diretor de Finanças
Telefone: (11) 4134-9807
Fac-símile: (11) 4134-9890
Correio Eletrônico: alex.malfitani@voeazul.com

II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Dezouart e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
Correio Eletrônico: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

III. para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-1528
Fac-símile: (11) 5029-1394



Correio Eletrônico: joao.euvaldo@itau-unibanco.com.br

IV. para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Cláudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac-símile: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 6.28.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas, nos endereços acima, sob protocolo ou por telegrama ou com correspondência com "aviso de recebimento" ou outra forma de comprovação de entrega por correio ou serviço especializado. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).
- 6.28.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado no menor prazo possível.
- 6.28.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.28.2 acima serão arcados pela parte que deveria ter comunicado a alteração.
- 6.28.4 As partes, neste ato e nesta forma, nomeiam e autorizam, além dos seus representantes legais, os seus representantes acima identificados, como seus mandatários com poderes para receber avisos, notificações e quaisquer outras comunicações relativas a esta Escritura de Emissão.
- 6.29 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa: (i) para fins de cálculo da Remuneração, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário



Nacional, conforme alterada de tempos em tempos; e (ii) para os demais fins aqui previstos, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos, desde que tal dia útil seja também um dia em que os bancos em São Paulo/SP, Brasil, estejam abertos para a realização de negócios bancários normais.

7 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis, a Companhia e as Fiadoras, conforme o caso, obrigam-se a:

I. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de, no máximo, de 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, (i) cópia dos demonstrativos financeiros anuais completos da Companhia e da Azul, acompanhados de parecer de qualquer dos Auditores Independentes demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil das demonstrações financeiras anuais; (ii) memória de cálculo dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.26, inciso XX acima, e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo; e (iii) declaração firmada por representantes legais da Companhia atestando a inexistência de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, e da inexistência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e que as Fiadoras possuem patrimônio suficiente para quitar as Obrigações Garantidas, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre fiscal, excetuado o trimestre encerrado em 31 de dezembro, (i) cópia dos demonstrativos financeiros trimestrais completos da Companhia e da Azul, acompanhados de relatório de revisão limitada de qualquer dos Auditores Independentes, devendo os demonstrativos financeiros aqui referidos ser preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil das demonstrações financeiras trimestrais; (ii)



memória de cálculo dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.26, inciso XX acima, e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo; e (iii) declaração firmada por representantes legais da Companhia atestando a inexistência de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, e da inexistência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e que as Fiadoras possuem patrimônio suficiente para quitar as Obrigações Garantidas, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pecuniário ou não, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos; e/ou (ii) de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (e) no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou extrajudicial, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra a Companhia e/ou as Fiadoras e/ou qualquer de suas respectivas controladoras, Controladas e/ou coligadas;
- (f) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause uma Mudança Adversa Relevante;
- (g) no prazo de até 1 (um) Dia Útil, notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora, conforme aplicável, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Companhia ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Companhia; e
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, encaminhar qualquer



informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

- (i) no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da respectiva data de assinatura, cópia do protocolo desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP e o(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos; e
 - (j) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP e registro ou averbação perante o(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos.
- II. obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, da Fiança e da Cessão Fiduciária; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas;
 - III. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Escriturador, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
 - IV. cumprir com todas as leis, regulamentos ou requisições de autoridades governamentais, incluindo as disposições da Instrução CVM 476 e o artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003;
 - V. manter, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação e regulamentação em vigor, reservas adequadas para o pagamento, nos seus respectivos vencimentos, de todas as suas respectivas obrigações e responsabilidades (inclusive todos os tributos e obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto por aquelas cuja não manutenção não cause uma Mudança Adversa Relevante;
 - VI. manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
 - VII. não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;



- VIII. cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, inclusive com relação à destinação dos recursos, nos termos da Cláusula 4 acima;
- IX. tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao registro e formalização desta Escritura de Emissão, da Fiança e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, incluindo seus aditamentos, correndo por sua conta todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram desse registro e/ou formalização;
- X. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- XI. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- XII. cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, conforme aplicável, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes no mercado e área de atuação da Companhia e das Fiadoras;
- XIV. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, inclusive mantendo-se em dia no pagamento de todas as obrigações tributárias, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, ou cujo descumprimento não resulte em uma Mudança Adversa Relevante;
- XV. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios; e
- XVI. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.



XVII. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2 As despesas a que se refere o inciso XV, da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e



IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, após solicitação reiteradamente não atendida à Companhia.

7.3 O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XV, da Cláusula 7.1 acima, será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8 AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou, de acordo com as informações e documentos fornecidos pela Companhia a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou, na Data de Emissão das Debêntures, a regularidade da constituição da Fiança e das Garantias Reais e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado,



constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e
 - XIII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia e/ou por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário das Debêntures, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário das Debêntures, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Companhia com a maior brevidade possível.
- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Companhia e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.
- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.27 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário:
- I. A título de remuneração, serão devidas parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais) pelos serviços de Agente Fiduciário, devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;
 - (a) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tal fato, bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes



decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

- (b) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
- (c) a remuneração será atualizada pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento da remuneração;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- (e) os seguintes tributos e os eventualmente vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração devida ao Agente Fiduciário, tais como: (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), (ii) Programa de Integração Social (PIS), (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), (iv) Imposto de Renda - Fonte (IRRF), e (v) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Fonte (CSLL);
- (f) os serviços previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e na Lei das Sociedades por Ações;
- (g) as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, em âmbito nacional ou internacional, a serem cobertas pela Companhia, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Companhia, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias Reais e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado e/ou inadimplemento das Debêntures. As eventuais



despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em decorrência do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos Debenturistas e da estrutura da operação, serão suportados pelos Debenturistas e ressarcidos pela Companhia de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão; e

- (h) no caso de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado e/ou inadimplemento da Companhia, todas as despesas que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, sejam elas em âmbito nacional ou internacional, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha



conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;

- V. promover, às expensas da Companhia, caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Barueri e de Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, hipótese em que a Companhia deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição da Fiança e das Garantias Reais, mediante verificação do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Barueri e de Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) a validade e exequibilidade do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e, conforme aplicável, da(s) Fiança(s) Bancária(s); e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos;
- IX. intimar a Companhia a reforçar as garantias prestadas, na hipótese de inobservância dos Valores Mínimos de Garantias ou, ainda, de deterioração ou depreciação de tais garantias;
- X. solicitar, às expensas da Companhia, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Companhia, bem como das demais comarcas em que a Companhia exerça suas atividades;
- XI. solicitar, às expensas da Companhia, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.27 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as



informações que lhe forem solicitadas;

XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Companhia, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou pela Fiadora, conforme aplicável, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia ou pela Fiadora, conforme aplicável;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pela Fiadora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e da Fiadora, conforme aplicável;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais das Debêntures; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega das Demonstrações Anuais pela Companhia ou até o dia 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:



- (i) na sede da Companhia;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede da instituição intermediária responsável pela Oferta;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos órgãos de imprensa em que a Companhia deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Companhia, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data em que tiver ciência, a respeito de qualquer inadimplemento pela Companhia de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- XX. realizar o cálculo do saldo devedor das Debêntures, quando solicitado pelos Debenturistas; e
- XXI. acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.
- 8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia e a Fiadora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Companhia:
- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura



de Emissão;

- II. executar as Garantias Reais, a Fiança e, conforme aplicável, as Fianças Bancárias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação (judicial ou extrajudicial) da Companhia.

8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso IV acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

8.15 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Companhia, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.

9 ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário ou a qualquer titular de Debêntures, conforme decidido pelos Debenturistas presentes, ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.



- 9.5 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 9.5.1 Quaisquer alterações (i) na Data de Vencimento ou nos prazos para pagamento do Valor Nominal Unitário ou da Remuneração das Debêntures, (ii) na Remuneração, (iii) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, (iv) nas garantias estabelecidas nas Cláusulas 6.11 e 6.12; e/ou (v) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, no caso de Evento de Vencimento Antecipado cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.5.2 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.26.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 90% (noventa por cento) no caso de Evento de Vencimento Antecipado cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Companhia possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Companhia ou a qualquer de suas Controladas, coligadas ou pessoas Controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até 3º (terceiro) grau ("Debêntures em Circulação").
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10 DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA FIADORA

- 10.1 A Companhia e as Fiadoras (conforme o caso) neste ato e na Data de Integralização declaram que:
- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
 - II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de



terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- III. os representantes legais da Companhia e das Fiadoras que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos têm poderes societários para assumir, em nome da Companhia e das Fiadoras, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados de acordo com o estatuto social da Companhia e das Fiadoras;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, a assunção e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia e das Fiadoras; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia, as Fiadoras e/ou qualquer Controlada da Companhia e/ou das Fiadoras seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia, as Fiadoras e/ou qualquer Controlada da Companhia e/ou das Fiadoras seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de quaisquer gravames além daqueles decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos sobre qualquer ativo da Companhia e/ou das Fiadoras; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou as Fiadoras e/ou qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou as Fiadoras e/ou qualquer de seus respectivos ativos;
- VI. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, no conhecimento da Companhia e/ou das Fiadoras, pendente, que possam



no seu melhor conhecimento causar uma Mudança Adversa Relevante;

- VII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e não ocorreu e nem existe qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VIII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e das Fiadoras, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. as informações prestadas e fornecidas pela Companhia e/ou pelas Fiadoras aos Investidores Qualificados são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- X. as demonstrações financeiras da Companhia e das Fiadoras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia e das Fiadoras naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- XI. exceto pelos financiamentos de aeronaves, não existe qualquer Instrumento de Dívida por meio do qual a Companhia e/ou qualquer das Fiadoras se comprometa(m) a observar índices financeiros e/ou respeitar limites de endividamento;
- XII. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, e por aquelas cujo inadimplemento não resulte em uma Mudança Adversa Relevante;
- XIII. estão adimplentes com todas as suas obrigações e responsabilidades (inclusive todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto por aquelas contestadas de boa-fé pelas ações ou procedimentos adequados e por aquelas cujo inadimplemento não cause uma Mudança Adversa Relevante;
- XIV. a Companhia e as Fiadoras e as Controladas da Companhia e/ou das Fiadoras possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não cause uma Mudança Adversa Relevante; e



XV. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as Debêntures, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, a Emissão e/ou a Oferta, ou (ii) que possa(m) ter uma Mudança Adversa Relevante.

11 RENÚNCIA

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Companhia, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12 TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13 ALTERAÇÕES

13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as partes, após prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições e obrigações não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente



Fiduciário, caso quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão se provem falsas ou incorretas.

15 SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- 15.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para conhecer e julgar qualquer assunto ligado às Debêntures e esta Escritura de Emissão, havendo formal e expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou possa vir a ser.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

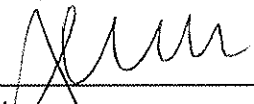
São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes).



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrada entre Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Azul S.A., Trip Linhas Aéreas S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 26 de fevereiro de 2014 – Página de Assinaturas 1/5.

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.



Nome: Alexandre Wagner Malfitani
Cargo: Procurador



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrada entre Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Azul S.A., Trip Linhas Aéreas S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 26 de fevereiro de 2014 – Página de Assinaturas 2/5.

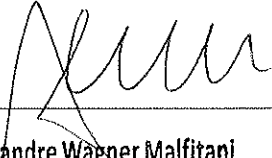
AZUL S.A.


Nome: Alexandre Wagner Malfitani
Cargo: Procurador



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrada entre Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Azul S.A., Trip Linhas Aéreas S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 26 de fevereiro de 2014 – Página de Assinaturas 3/5.

TRIP LINHAS AÉREAS S.A.

Nome: 
Cargo: Alexandre Wagner Malfitani
Procurador

Nome: _____
Cargo: _____



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrada entre Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Azul S.A., Trip Linhas Aéreas S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 26 de fevereiro de 2014 – Página de Assinaturas 4/5.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: 
Cargo: Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome: 
Cargo: Fernando Nunes Luis
Procurador



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrada entre Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Azul S.A., Trip Linhas Aéreas S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 26 de fevereiro de 2014 – Página de Assinaturas 4/5.

Testemunhas:

Priscilla Lento
Nome: Priscilla Lento
Id.: 800.381.061-80

Andréa Radi Eslicuas
Nome: ANDRÉA RADI ESlicUAS
Id.: RG 22.043.803-J
CPF 115.811.160-01

